

PUBLICIDADE LEGAL

Unicasa Indústria de Móveis S. A.

CNPJ/MF nº 90.441.460/0001-48 - NIRE 43.300.044.513-RS

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam os senhores acionistas da Unicasa Indústria de Móveis S.A. ("Companhia" ou "Unicasa") convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada no próximo dia 29 de abril de 2024, às 10:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por meio da plataforma [Microsoft Teams] ("AGOE"), com a finalidade de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **1. Em Assembleia Geral Ordinária:** a. Aprovar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; b. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; c. Definir o número de membros do Conselho de Administração a serem eleitos, observado o limite estatutário; d. Eleger os membros do Conselho de Administração para um mandato de dois anos e designar aqueles que ocuparão as funções de Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração; e. Deliberar sobre a caracterização dos membros independentes do Conselho de Administração; e f. Fixar a remuneração global dos Administradores para o exercício social de 2024. **2. Em Assembleia Geral Extraordinária:** a. Deliberar sobre proposta da administração de alteração do artigo 3º do Estatuto Social da Companhia; b. Deliberar sobre proposta da administração de alteração do artigo 14 do Estatuto Social da Companhia para adequar ao artigo 15, parágrafo único, do Regulamento do Novo Mercado da B3; c. Deliberar sobre a Proposta da Administração de alteração do artigo 22 do Estatuto Social da Companhia para atualizar a normativa da CVM referida na atual alínea "I"; e d. Consolidar o Estatuto Social da Companhia, em razão das alterações acima. **Informações Gerais:** A Companhia informa que a AGOE será realizada de modo exclusivamente digital, nos termos do artigo 124, §2º-A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), podendo os acionistas participar e votar por meio do sistema eletrônico a ser disponibilizado pela Companhia ou exercer o direito de voto mediante uso do boletim de voto a distância ("Boletim de Voto"), de acordo com a Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81/22"), sendo que para o Boletim de voto produzir efeitos este deverá ser recebido (nas formas indicadas abaixo) pela Companhia até 22 de abril de 2024 (inclusive), ou seja 7 (sete) dias antes da AGOE. O acionista, que desejar, poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio do sistema de votação a distância, nos termos da referida instrução, enviando o correspondente Boletim de Voto por meio de seu respectivo agente de custódia, banco escriturador ou diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes na proposta da administração e nas orientações para participação na AGOE da Unicasa. Conforme disposto no artigo 6º, §3º, da Resolução CVM 81/22, os acionistas que pretendam participar e votar na AGOE por meio do sistema eletrônico e sem a utilização do boletim de voto a distância, deverão enviar solicitação à Companhia, juntamente com a prova de sua qualidade como acionista, documento de identidade e comprovante expedido pela instituição depositária contendo a respectiva participação acionária, pelo e-mail dri@unicasamoveis.com.br, até as 17:00 horas do dia 25 de abril de 2024. Os acionistas representados por procuradores deverão exibir as procurações até o mesmo momento e, pelo mesmo meio antes referido. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para o cadastro. A administração esclarece que os acionistas podem solicitar a adoção do processo de voto múltiplo e/ou votação em separado, observado o disposto nas normas legais e regulatórias aplicáveis. Assim, em cumprimento ao artigo 141 da Lei das S.A. e da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, informamos que o percentual mínimo de participação no capital votante da sociedade, necessário à requisição de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração, é de 5% (cinco por cento). De modo a facilitar o processamento do pedido e a participação dos acionistas nacionais e estrangeiros, recomendamos que o pedido de voto múltiplo seja realizado por escrito à Companhia com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas da data da realização da Assembleia, ou seja, até a data de 26 de abril de 2024 (inclusive) até as 10:00 horas. Os currículos detalhados, bem como as demais informações exigidas pelos itens 7.3 a 7.6 do formulário de referência, com relação aos candidatos sugeridos pela administração, nos termos do artigo 11, inciso I, da Resolução CVM 81/22, constam do Anexo IV a esta Proposta. A proposta da administração e orientações para participação na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, nos termos previstos na Resolução CVM 81/22, os documentos a ela relativos estão à disposição dos acionistas na sede social da Companhia e nos websites da CVM - Comissão de Valores Mobiliários (<http://www.cvm.gov.br>), da B3 - Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>), e de Relações com Investidores da Unicasa (<http://ri.unicasamoveis.com.br>). Bento Gonçalves, RS, 29 de março de 2024. **Gelson Luís Rostrolla** - Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br


☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

Maisonnave Companhia de Participações: CNPJ/MF 87.191.847/0001-89/NIRC 433000064-33
Convocação: Assembleia Geral Ordinária: São convocados os acionistas da Maisonnave Companhia de Participações a se reunirem na sede social, à Rua Sete de Setembro nº 745, nesta Capital, dia 25/04/2024, às 11hs, em Assembleia Geral Ordinária subordinada à seguinte ordem do dia: 1) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31.12.2023; 2) eleger a Diretoria e fixar sua remuneração; 3) demais assuntos consequentes e correlatos aos itens anteriores ou de interesse societário. Porto Alegre, 17/04/2024. Roberto de Moraes Maisonnave - Diretor, Nilda Maria de Medeiros Maisonnave - Diretora. 

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

MOINHOS DE TRIGO INDÍGENA S.A. – MOTRISA –
 Sede Social – Porto Alegre (RS) - Rua Mostardeiro, nº 777, sala 1051 - Bairro Rio Branco - CEP 90430-001
 - CNPJ/MF 88.447.032/0001-80 - NIRE (JUCISRS) 43 3 0000776 6 – **CONVOCAÇÃO** – Convidamos os
 senhores acionistas para se reunirem em **ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA** a
 realizar-se na sede social, mais especialmente no auditório localizado no 4º andar do mesmo prédio da
 sede social, no **dia 26 de abril de 2024, às 9h30**, a fim de deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA**:
 (I) apreciar, discutir e votar as matérias de que trata o art. 132 da Lei 6.404/76, relativamente ao exercício
 social findo em **31.12.2023**, como sendo: **a)** aprovação das contas da administração (**Demonstrações
 Financeiras**); e **b)** destinação do resultado do exercício; (II) - votar e aprovar a **remuneração global/
 mensal dos membros da administração** (art. 152 da Lei 6.404/76); (III) - votar e alterar o Estatuto Social em
 seus artigos: 2º - “**caput**”; 4º - §§ 2º e 6º; 8º - “**caput**”; 11 - “**caput**”; e 12 - § 1º relativamente aos
 objetivos sociais; direito de preferência; ações da Cia.; número de membros do Conselho de Administração
 e da Diretoria; e representação da Cia.; e (IV) outros assuntos de interesse social. Porto Alegre (RS), 10
 abril de 2024. (ass) Fernando Munhós Thormann - *Presidente do Conselho de Administração*

NOSSOS CANAIS DE COMUNICAÇÃO

| | |
|--------------------------|----------------|
| Departamento comercial | (51) 3213 1333 |
| Atendimento ao assinante | (51) 3213 1300 |
| Vendas de assinaturas | (51) 3213 1326 |
| Redação | (51) 3213 1362 |

Jornal do Comércio

O jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL

Reflorestadores Unidos S/A

CNPJ 88.647.896/0001-46 - NIRE 43 3 0002032 1
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - Convocação
 Convocamos os senhores acionistas para a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada dia 30 de abril de 2024, às 08:30 horas, na sede da empresa, na RS 020, Km 135, Fazenda Espírito Santo, município de Cambará do Sul, RS, CEP 95482-000, com a seguinte ordem do dia: 1) Examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31/12/2023; 2) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício e a distribuição de dividendos; 3) Fixar a remuneração global dos administradores. **Assembleia Geral Extraordinária - Convocação:**
 Convocamos os senhores acionistas para a Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada dia 30 de abril de 2024, às 10 horas, na sede da empresa, na RS 020, Km 135, Fazenda Espírito Santo, município de Cambará do Sul, RS, CEP 95482-000, com a seguinte ordem do dia: 1) Rerratificar a assembleia realizada em 31 de maio de 2017 para constar a autorização para distribuição proporcional, conforme participação acionária de cada acionista, das ações em tesouraria naquela data. Todos os documentos necessários para as deliberações estão à disposição dos acionistas na sede da Companhia, Cambará do Sul, (RS), 16 de abril de 2024.
 Caroline De Zorzi - Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

TRAMONTINA S. A., CUTELARIA

CNPJ nº 90.050.238/0001-14 – NIRE: 43300005071 – Carlos Barbosa – RS.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO

Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se cumulativamente, no dia 26 de abril de 2024, às 10h00min (dez horas), na sede da Companhia sita na Av. Ivo Tramontina, nº 1024, em Carlos Barbosa, RS, para deliberarem sobre a seguinte

ORDEM DO DIA: I – EM AGO: 1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e o Parecer da Auditoria Independente relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **2.** Destinar o resultado desse exercício social; **3.** Fixar os honorários da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Consultivo; e, **II - EM AGE: 1.** Atualização do objeto social da Companhia, com a inclusão de novas atividades; e **2.** Sua consequente alteração estatutária. Carlos Barbosa, RS, em 17 de abril de 2024.

Eduardo Scmazzon – Presidente do Conselho de Administração

NOSSOS CANAIS DE COMUNICAÇÃO

| | |
|--------------------------|----------------|
| Departamento comercial | (51) 3213 1333 |
| Atendimento ao assinante | (51) 3213 1300 |
| Vendas de assinaturas | (51) 3213 1326 |
| Redação | (51) 3213 1362 |

Jornal do Comércio

O jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL

TRAMONTINA MULTI S. A.
 CNPJ nº 88.037.668/0001-54 – NIRE: 43300025381 – Carlos Barbosa – RS.
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO
 Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se cumulativamente, no dia 26 de abril de 2024, às 14h00min (quatorze horas), na sede da Companhia sita na Rodovia BR-470/RS, Km 230, em Carlos Barbosa, RS, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA**: I – **EM AGO**: 1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e o Parecer da Auditoria Independente relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; 2. Destinar o resultado desse exercício social; 3. Fixar os honorários da Diretoria e do Conselho de Administração; e, II - **EM AGE**: 1. Atualização do objeto social da Companhia, com a inclusão de novas atividades; e 2. Sua consequente alteração estatutária.
 Carlos Barbosa, RS, em 17 de abril de 2024.
Eduardo Scmazzon – Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

| OLEOPLAN S.A. - ÓLEOS VEGETAIS PLANALTO - CNPJ Nº 88.676.127/0001-76 - NIRE 43300010864 RELATÓRIO DA DIRETORIA; Senhores Acionistas: A OLEOPLAN S/A - Óleos Vegetais Planalto, cumprindo as disposições legais e estatutárias, temos o prazer de submeter a apreciação de V.S.s. o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações financeiras relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. As notas explicativas e o relatório dos auditores independentes estão disponíveis na sede da sociedade. Porto Alegre, 27 de fevereiro de 2024. A Diretoria | | | | | | | | | |
|---|------------------|------------------|------------------|--|--|---|------------------|------------------|------------------|
| Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 | | | | (em milhares de Reais) | | | | | |
| Ativos Circulante | Controladora | | Consolidado | | Passivos Circulantes | Controladora | | Consolidado | |
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 | | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 651.629 | 726.484 | 832.920 | 868.286 | Fornecedores | 401.154 | 369.109 | 505.044 | 523.870 |
| Contas a receber clientes | 211.452 | 216.220 | 415.292 | 438.567 | Salários a pagar | 9.616 | 6.811 | 13.533 | 9.457 |
| Adiantamentos a fornecedores | 22.097 | 11.207 | 142.627 | 62.472 | Impostos e contribuições a pagar | 7.035 | 6.372 | 11.546 | 11.057 |
| Estoques | 201.942 | 372.510 | 360.453 | 597.021 | Empréstimos, financiamentos e debêntures | 548.886 | 739.549 | 575.302 | 837.002 |
| Créditos tributários | 149.884 | 194.973 | 350.160 | 343.470 | Instrumentos financeiros derivativos | 12.426 | 4.811 | 12.554 | 4.811 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 4.461 | 21.620 | 4.461 | 21.620 | Arrendamento mercantil a pagar | 12.792 | 21.371 | 12.792 | 21.371 |
| Outros ativos circulantes | 8.559 | 9.834 | 13.803 | 15.193 | Outros passivos circulantes | 75.936 | 8.421 | 81.290 | 14.889 |
| Total do ativo circulante | 1.250.024 | 1.552.848 | 2.119.732 | 2.346.628 | Total do passivo circulante | 1.067.845 | 1.156.444 | 1.212.062 | 1.422.457 |
| Não circulante | | | | | Não circulante | | | | |
| Créditos tributários | 95.668 | 39.330 | 158.528 | 67.006 | Emprést., financ. e debêntures | 578.115 | 813.067 | 728.115 | 813.067 |
| Outros ativos não circulantes | 108.049 | 174.350 | 111.258 | 174.350 | Provisão para contingências | 6.328 | 5.803 | 9.069 | 8.290 |
| Adiant. para futuro aum. de capital - AFAC | 137.645 | - | - | - | Arrendamento mercantil a pagar | 8.623 | 17.862 | 8.623 | 17.862 |
| Depósitos judiciais | 3.265 | 2.599 | 5.163 | 4.501 | Outros passivos não circulantes | 2.330 | 222 | 3.785 | 222 |
| IR e contribuição social diferidos | 119.723 | 20.245 | 164.986 | 53.495 | Total do passivo não circulante | 595.396 | 836.953 | 749.592 | 839.441 |
| Total do realizável a longo prazo | 464.350 | 236.524 | 439.935 | 299.352 | Patrimônio líquido | | | | |
| Investimentos | 1.050.052 | 1.072.680 | 97.166 | 103.992 | Capital social | 80.522 | 80.522 | 80.522 | 80.522 |
| Imobilizado | 205.676 | 195.508 | 601.534 | 565.878 | Reservas de capital | 555.674 | 555.674 | 618.374 | 555.674 |
| Intangível | 932 | 1.012 | 11.095 | 11.224 | Ajustes de avaliação patrimonial | 426 | 466 | 425 | 466 |
| Direito de uso em arrendamento | 22.760 | 41.275 | 22.760 | 41.275 | Reservas de lucros | 693.930 | 469.790 | 631.231 | 469.790 |
| Total do ativo não circulante | 1.743.770 | 1.547.000 | 1.172.490 | 1.021.722 | Total do patrimônio líquido | 1.330.552 | 1.106.452 | 1.330.552 | 1.106.452 |
| Total do ativo | 2.993.794 | 3.099.848 | 3.292.206 | 3.368.350 | Total do passivo e patrimônio líquido | 2.993.794 | 3.099.848 | 3.292.206 | 3.368.350 |
| Demonstração do fluxo de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 | | | | Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 | | | | | |
| Fluxo de Caixa das Ativid. Operac. | | Controladora | | Consolidado | | Controladora | | Consolidado | |
| | | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Result. antes dos tributos sobre o lucro | | 133.843 | 295.188 | 80.919 | 261.441 | Receita líquida de vendas | | 2.244.864 | 2.943.186 |
| Ajustes para reconciliar o result. ao | | | | | | Custo dos produtos e mercadorias | | (2.119.406) | (2.826.032) |
| fluxo de caixa das ativid. operac.: | | (172.616) | 49.189 | 212.416 | 249.295 | vendas e dos serviços prestados | | 125.458 | 117.154 |
| Depreciação e amortização | | 13.775 | 11.507 | 32.467 | 22.484 | Lucro bruto | | (51.410) | (48.898) |
| Equivalência patrimonial | | (357.371) | (206.511) | (1.037) | (28.966) | Despesas administrativas | | (47.819) | (47.758) |
| Desp. de juros sobre dívidas financeiras | | 150.520 | 230.239 | 159.823 | 241.554 | Despesas com vendas | | (63.411) | 268.036 |
| Baixa residual de imobiliz. e intangível | | 831 | 1.611 | 1.281 | 1.661 | Outras (despesas) receitas | | 268.036 | (54.138) |
| Amortização do direito de uso | | 13.868 | 14.490 | 13.868 | 14.490 | Operacionais | | (63.411) | 268.036 |
| Juros sobre o direito de uso | | 3.127 | (1.384) | 3.127 | (1.384) | Resultado da equivalência | | 357.371 | 206.511 |
| Provisões para contingências | | 525 | (763) | 779 | (544) | patrimonial | | 206.511 | 1.035 |
| Outras provisões | | 2.108 | - | 2.108 | - | Resultado antes das receitas | | 320.189 | 495.045 |
| Variações de Ativos e Passivos | | 392.424 | (127.797) | 318.097 | (189.345) | (despesas) financeiras | | 116.430 | 136.640 |
| Contas a receber | | 4.768 | 35.505 | 22.054 | (3.532) | Receitas financeiras | | (308.868) | (331.071) |
| Estoques | | 170.568 | (24.500) | 236.567 | (57.769) | Despesas financeiras | | 6.092 | (5.425) |
| Créditos tributários | | 58.040 | (80.947) | 12.257 | (183.839) | Despesas financeiras líquidas | | (186.346) | (199.856) |
| Depósitos judiciais | | (666) | (305) | (662) | (305) | Resultado antes dos tributos | | 133.844 | 295.188 |
| Outros ativos | | 56.686 | (157.122) | (6.681) | (135.593) | sobre o lucro | | 69.289 | 5.297 |
| Fornecedores | | 32.045 | 82.225 | (17.606) | 137.161 | Imposto de renda e contribuição | | 110.908 | 4.707 |
| Impostos a pagar | | 663 | (2.071) | 488 | (3.687) | social - correntes | | 5.297 | 110.200 |
| Outros passivos | | 70.320 | 9.413 | 71.948 | 14.468 | social - diferidos | | 4.707 | 122.922 |
| Imposto de renda e contribuição social | | - | 10.005 | (267) | 43.752 | Lucro líquido do exercício | | 314.040 | 305.193 |
| CAIXA LÍQ. GERADO PELAS ATIVID. OPERAC. | | 353.652 | 216.581 | 611.433 | 321.391 | Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 | | | |
| Fluxo de Caixa das Ativid. de Invest. | | | | | | Controladora | | Consolidado | |
| Aquisições de imobilizado e intangível | | (24.694) | (38.946) | (69.275) | (100.556) | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Aquisições de investimentos | | (137.645) | (150.201) | (1.145) | (25.280) | 314.040 | 305.193 | 314.040 | 305.193 |
| Baixa de investimentos | | - | 480.084 | - | 480.156 | Lucro Líquido do Exercício | | 314.040 | |
| Recebimentos de parte relacionadas | | 380.000 | 100.000 | - | - | Outros Resultados Abrangentes | | - | |
| CAIXA LÍQ. UTILIZ. NAS ATIVID. DE INVEST. | | 217.661 | 390.936 | (70.420) | 354.320 | Resultado Abrangente do Exercício | | 314.040 | |
| Fluxo de Caixa das Ativid. de Financ. | | | | | | Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 | | | |
| Debêntures Conversíveis em Ação | | - | 200.000 | - | 200.000 | Atribuível aos acionistas controladores | | | |
| Empréstimos e financiamentos obtidos | | 461.099 | 425.524 | 636.099 | 534.533 | Capital social | 80.522 | | |
| Instrumentos financeiros derivativos ativos | | 17.159 | 4.997 | 17.159 | 4.997 | Agio na integraliz. de capital | 5.675 | | |
| Instrumentos financ. derivativos passivos | | 7.615 | 2.555 | 7.743 | 2.555 | Reserva de capital | | | |
| Pag. de emprést. e financiamentos | | (1.037.233) | (996.083) | (1.142.572) | (1.088.895) | Debêntures conversíveis em ações | 350.000 | | |
| Arrendamentos pagos | | (16.296) | (17.256) | (16.296) | (17.256) | Ajustes de aval. patrimonial | 599 | | |
| Dividendos destinados | | (63.785) | - | (63.785) | - | Reserva legal | 34.808 | | |
| Dividendos pagos | | (14.725) | (250.000) | (14.725) | (250.000) | Reservas de subv. retenção lucros | 329.296 | | |
| Financ. com partes relacionadas | | - | 586 | - | - | Reserva de lucros | 50.359 | | |
| CAIXA LÍQ. UTILIZ. NAS ATIVID. DE FINANC. | | (646.166) | (629.677) | (576.378) | (614.066) | Lucros acumul. | - | | |
| Aum./ (Red.) líq. em caixa e equiv. de caixa | | 74.854 | (22.160) | (35.366) | 61.644 | Total | 851.258 | | |
| (Red.) / Aum. do Caixa e Equiv. de Caixa | | (74.854) | (22.160) | (35.366) | 61.644 | Patrim. líq. total | 851.258 | | |
| Caixa e equiv. de caixa no início do exerc. | | 726.484 | 748.643 | 868.286 | 806.641 | Saldo em 31 de dezembro de 2021 | | | |
| Caixa e equiv. de caixa no final do exerc. | | 651.629 | 726.484 | 832.920 | 868.286 | 200.000 | | | |

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

- ✉ agencias@jornaldocomercio.com.br
- ✉ comercial@jornaldocomercio.com.br
- ☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338
- ☎ (51) 9 9649-0062



Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

TRAMONTINA GARIBALDI S. A., IND. METAL.
CNPJ. N° 90.049.792/0001-81 – NIRE: 43300011658 – Garibaldi – RS.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO

Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 29 de abril de 2024, às 10h00min (dez horas), na sede da Companhia sita na Rua Tramontina, nº 600, em Garibaldi, RS, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: I - EM AGO: 1.** Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e o Parecer da Auditoria Independente relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **2.** Destinar o resultado desse exercício social; **3.** Fixar os honorários da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Consultivo. Garibaldi, RS, em 18 de abril de 2024.

Eduardo Scmazzon – Presidente do Conselho de Administração

BAIXE O
APP JC

DISPONÍVEL NO
 Google play

DISPONÍVEL NA
 App Store

ÚLTIMAS NOTÍCIAS E VERSÃO PARA FOLHEAR!

PUBLICIDADE LEGAL

TRAMONTINA FARROUPILHA S. A., IND. METAL.

CNPJ. Nº 87.834.883/0001-13 – NIRE: 43300011607 – Farroupilha – RS
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA e EXTRAORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO
Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se cumulativamente, no dia 29 de abril de 2024, às 14h00min (quatorze horas), na sede da Companhia sita na Rodovia RS 122, Km 61, Distrito Industrial, em Farroupilha, RS, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: I - EM AGO: 1.** Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, Parecer da Auditoria Independente e o Parecer do Conselho Fiscal relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **2.** Destinar o resultado desse exercício social; **3.** Fixar os honorários da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Consultivo; **4.** Eleição do Conselho Fiscal; e, **II - EM AGE: 1.** Atualização do objeto social da Companhia, com a inclusão de novas atividades; e **2.** Sua consequente alteração estatutária.
Farroupilha, RS, em 18 de abril de 2024.

Eduardo Scmazzon – Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

TRAMONTINA ELETRIK S. A.

CNPJ nº 88.674.080/0001-01 – NIRE: 43300025225 – Carlos Barbosa – RS.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA e EXTRAORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO

Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se cumulativamente, no dia 30 de abril de 2024, às 10h00min (dez horas), na sede da Companhia sita na Rodovia BR-470/RS, Km 230, em Carlos Barbosa, RS, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: I- EM AGO:** 1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, o Parecer da Auditoria Independente e o Parecer do Conselho Fiscal relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; 2. Destinar o resultado desse exercício social; 3. Fixar os honorários da Diretoria e do Conselho de Administração; 4. Eleição do Conselho Fiscal. **II- EM AGE:** 1. Atualização do objeto social da Companhia, com a inclusão de novas atividades; e 2. Sua consequente alteração estatutária. Carlos Barbosa, RS, em 18 de abril de 2024.

Eduardo Scomazzon – Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

TRAMONTINA MADEIRAS S. A.

CNPJ. 93682854/0001-86 – NIRE: 43300042588 – Encruzilhada do Sul – RS.
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA e EXTRAORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO
 Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se cumulativamente, no dia 30 de abril de 2024, às 14h00min (quatorze horas), na sede da Companhia sita na Rodovia RST 471, Km 233, em Encruzilhada do Sul, RS, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: I - EM AGO: 1.** Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, o Parecer da Auditoria Independente, e o Parecer do Conselho Fiscal relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2023; **2.** Destinar o resultado desse exercício social; **3.** Fixar os honorários da Diretoria e do Conselho de Administração; **4.** Eleição do Conselho Fiscal. **II - EM AGE: 1.** Proposta da Diretoria para aumento do Capital Social em R\$ 4.200.000,00, mediante subscrição particular pelos acionistas; **4.** Sua consequente alteração estatutária.
 Encruzilhada do Sul, RS, em 18 de abril de 2024.
Eduardo Scomazzon – Presidente do Conselho de Administração

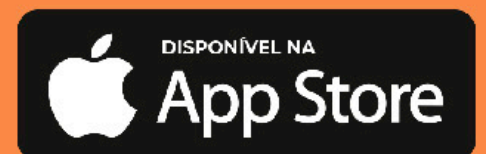
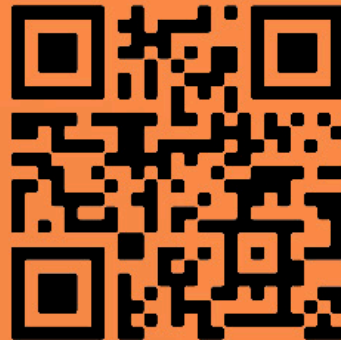
Jornal do Comércio
 O Jornal de economia e negócios do RS

BAIXE O APP JC

Jornalismo sério e de credibilidade na palma da sua mão

Acesso ilimitado para assinantes JC:

- Últimas notícias
- Versão para folhear
- Notificações das notícias mais importantes



PUBLICIDADE LEGAL

TRAMONTINA INTERNACIONAL S. A.

CNPJ nº 04.693.723/0001-74 – NIRE: 43300043231 – Carlos Barbosa – RS.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA e EXTRAORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO

Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se cumulativamente, no dia 30 de abril de 2024, às 17h00min (dezesete horas), na sede da Companhia sita na Av. Ivo Tramontina, nº 1024, em Carlos Barbosa, RS, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: I - EM AGO: 1.** Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **2.** Destinar o resultado desse exercício social; **3.** Fixar os honorários da Diretoria, e do Conselho de Administração; **II - EM AGE: 1.** Proposta da Diretoria para aumento do Capital Social em R\$ 55.000.000,00, mediante subscrição particular pelos acionistas; **2.** Sua consequente alteração estatutária. Carlos Barbosa, RS, em 22 de abril de 2024.

Eduardo Scmazzon – Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

| | | |
|---|--|--|
| <p>—★ continuação</p> <p>do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à</p> | <p>MADEIREIRA GIACOMET S.A. - INDÚSTRIA E COMÉRCIO - CNPJ 88.612.395/0001-24 - NIRE 43.300.004.210 RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS</p> <p>capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais ou consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira</p> | <p>compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Porto Alegre, 20 de março de 2024. HLB BRASIL - Rokembach + Lahm, Villanova & Cia. Auditores - CRCRS 3.663; Luís Antônio Villanova - Contador-RS-57436/O.</p> |
|---|--|--|

NOSSOS CANAIS DE COMUNICAÇÃO

| | |
|--------------------------|----------------|
| Departamento comercial | (51) 3213 1333 |
| Atendimento ao assinante | (51) 3213 1300 |
| Vendas de assinaturas | (51) 3213 1326 |
| Redação | (51) 3213 1362 |

Jornal do Comércio

O jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL

IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A. CNPJ Nº 92.791.243/0001-03 NIRE Nº4330002799 COMPANHIA ABERTA ATA Nº 11 DE REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL 1. Data, hora e local: Realizada em 22 de fevereiro de 2024, às 09:00 horas na Irani Papel e Embalagem S.A., na Avenida Carlos Gomes, nº 400, salas 502/503, Bairro Boa Vista, em Porto Alegre/RS, CEP 90.480-900, por vídeo conferência. **2. Presenças e mesa:** A reunião contou com a totalidade dos membros do Conselho Fiscal, e como convidados, Odivan C. Cargnin, Diretor de Administração, Finanças e Relações com Investidores, Evandro Zabott, Gerente da Companhia, Rafael Biedermann, Auditor Independente da PricewaterhouseCoopers Brasil Ltda. - PWC, presidida pelo Sr. Rene Sanda e secretariada pela Sra. Adrielly S. Moreira. **3. Ordem do Dia:** Revisão e análise do balancete trimestral e das demonstrações financeiras com data base de 31.12.2023; Verificação da regularidade das demonstrações financeiras, bem como da adequação às normas contábeis e fiscais; Avaliar as propostas de destinação do resultado anual e de distribuição de dividendos; Opinar sobre o relatório anual da administração fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembleia geral; Cancelamento de Ações em Tesouraria; Examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar; acompanhadas das notas explicativas e do Parecer da Auditoria Independente. **4. Abertura dos trabalhos:** O Presidente do Conselho Fiscal, Sr. Rene Sanda iniciou lendo a pauta da reunião e deu boas-vindas a todas as Conselheiras Fiscais e demais participantes. **5. Matérias apreciadas:** **5.1. Revisão e análise do balancete trimestral e das demonstrações financeiras com data base de 31.12.2023.** Odivan C. Cargnin, com auxílio de Evandro Zabott, apresentaram o balancete trimestral e as demonstrações financeiras da Companhia referente a 31.12.2023. Os Conselheiros Fiscais revisaram e analisaram as demonstrações financeiras de 31.12.2023 e verificaram que as demonstrações financeiras retratam adequadamente as informações da Companhia. **5.2. Verificação da regularidade das demonstrações financeiras, bem como da adequação às normas contábeis e fiscais.** Os Conselheiros Fiscais verificaram não haver indícios de irregularidades nas demonstrações contábeis de 31.12.2023 e que essas se adequam as normas contábeis e fiscais. **5.3. Avaliar as propostas de destinação do resultado anual e de distribuição de dividendos.** Os Conselheiros Fiscais consideraram adequada a proposta de destinação do resultado da Companhia. **5.4. Opinar sobre o relatório anual da administração fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembleia geral.** Os Conselheiros Fiscais opinaram sobre o relatório anual da administração e demonstrações financeiras de 2023, conforme parecer em anexo (Anexo A). **5.5. Cancelamento de Ações em Tesouraria.** Odivan C. Cargnin, apresentou o programa de recompra de ações realizado pela Companhia e o cancelamento de ações de tesouraria que modifica a quantidade de ações no Estatuto Social. Os Conselheiros Fiscais, opinaram em parecer sobre o cancelamento de ações (Anexo B). **5.6. Examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar; acompanhadas das notas explicativas e do Parecer da Auditoria Independente.** Convidado a participar da reunião o Auditor Independente da PWC, Sr. Rafael Biedermann. O Auditor Independente apresentou seu parecer sem ressalvas para a apresentação das Demonstrações Financeiras de 2023 e em seguida informou sobre o decorrer dos trabalhos e que dentro do escopo de seus trabalhos não encontraram quaisquer indícios de fraude ou corrupção, perguntado o mesmo ao Conselho Fiscal e respondido que não encontraram indícios de corrupção ou fraude. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata que foi por todos assinada. Porto Alegre, 22 de fevereiro de 2024. Rene Sanda - Presidente do Conselho Fiscal. Letícia Pedercini Issa e Rosângela Costa Sufferf - Conselheiras Fiscais. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Certifico registro sob o nº 10307849 em 03/04/2024 da Empresa IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A., CNPJ 92791243000103 e protocolo 240795075 - 19/03/2024. Autenticação: 94E0F8B53EC1465D1DA784BC3BB434BD7985AE. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

ATA DE REUNIÃO DA DIRETORIA 1. Data, hora e local: Em 21 de fevereiro de 2024, às 14:00 horas na sede da Companhia, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Carlos Gomes, nº 400, salas 502/503, Bairro Boa Vista, CEP 90480-900, por vídeo conferência. **2. Presenças e Mesa:** A reunião contou com a totalidade dos membros da Diretoria, sendo presidida por Sérgio Luiz Cotrim Ribas. **3. Ordem do Dia:** Ampliar as atividades da filial da sociedade, localizada no município de Vargem Bonita, SC. **4. Deliberações:** A Diretoria deliberou por unanimidade e sem quaisquer restrições, conforme artigo 14, item h do Estatuto Social, ampliar as atividades da filial localizada na BR 153, Km 47, Vila Campina da Alegria, município Vargem Bonita, SC, inscrita no CNPJ Nº 92.791.243/0002-94 e NIRE nº 4290008079-0, acrescentando as suas atividades secundárias g) geração de energia elétrica (CNAE - 3511-5/01) e h) comercialização de energia elétrica (CNAE - 3513-1/00). **5. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata que foi por todos assinada. (Presenças: Sérgio Luiz Cotrim Ribas, Odivan Carlos Cargnin, Henrique Zugman, Lindomar Lima de Souza e Fabiano Alves de Oliveira) **6. Declaração:** Declaro que a presente é cópia fiel da ata transcrita no livro próprio. Porto Alegre, 21 de fevereiro de 2024. Sérgio Luiz Cotrim Ribas - Diretor Presidente. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Certifico registro sob o nº 10316512 em 10/04/2024 da Empresa IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A., CNPJ 92791243000103 e protocolo 241026466 - 08/04/2024. Autenticação: 67D5D8E-1B967DC31EA8875DB21F1B4CE9B3EF9. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

- ✉ agencias@jornaldocomercio.com.br
- ✉ comercial@jornaldocomercio.com.br
- ☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338
- ☎ (51) 99649-0062



Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

SETA S.A. Extrativa Tanino de Acácia - CNPJ nº 89.717.268/0001-52 - Nire 43300002730 - **Editais de Convocação:** Ficam convocados os Srs. acionistas para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se às 9:00 horas do dia 29/04/2024, na Av. 1º de Maio, nº 1109, em Estância Velha, RS, a fim de deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia:** 1) Tomar as contas dos Administradores, discutir e votar as Demonstrações Contábeis e o Relatório da Administração, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023; 2) Destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e 3) Eleição dos membros da Diretoria e fixação da remuneração. A Diretoria informa que os documentos previstos no Artigo 133 da Lei das Sociedades Anônimas foram publicados e estão disponíveis na sede da Companhia. Estância Velha, RS, 18/04/2024. Roberto Luz - Diretor Presidente ASCOI

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

AGROSETA S.A. CNPJ nº 94.474.061/0001-34 • NIRE 43300032132 • **Edital de Convocação:** Ficam convocados os Srs. acionistas para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se às 8:00 horas do dia 29/04/2024, na Av. 1º de Maio, nº 1.111, em Estância Velha, RS, a fim de deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia:** 1) Tomar as contas dos Administradores, discutir e votar as Demonstrações Contábeis e o Relatório da Administração, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023; 2) Destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e 3) Eleição dos membros da Diretoria e fixação da remuneração. A Diretoria informa que os documentos previstos no Artigo 133 da Lei das Sociedades Anônimas foram publicados e estão disponíveis na sede da Companhia. Estância Velha, RS, 18/04/2024.
Roberto Luz - Diretor Presidente. ASCOL

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

| AMERICA EMBALAGENS | | America Industria e Comercio de Embalagens S.A. CNPJ 31.686.196/0001-43 - NIRE 43.300.072.380. | | americaembalagens.com | | | |
|--|----------------|---|---|-----------------------|-------------------------------|---|---------------|
| Relatório da Administração | | | | | | | |
| Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis, correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. | | | | | | | |
| Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais) | | | | | | | |
| Ativo | Consolidado | | Passivo | Consolidado | | | |
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 | | 31/12/2023 | 31/12/2022 | | |
| Circulante | | | Circulante | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4.552 | 5.235 | Fornecedores | 26.249 | 10.580 | | |
| Contas a receber de clientes | 75.487 | 38.234 | Empréstimos e financiamentos | 22.092 | 9.217 | | |
| Estoques | 34.877 | 24.139 | Salários, benefícios e encargos sociais | 8.816 | 4.590 | | |
| Impostos a recuperar | 3.435 | 2.331 | Impostos e encargos sociais | 3.704 | 1.439 | | |
| IRPJ e CSLL a recuperar | 899 | - | Adiantamentos de clientes | 87 | 26 | | |
| Instrumentos financeiros derivativos | - | 253 | Outras contas a pagar | 4.726 | 3.742 | | |
| Outros créditos | 1.451 | 684 | Arrendamento | 2.488 | - | | |
| Total do Circulante | 120.701 | 70.876 | Outras contas a pagar - partes relacionadas | 18 | 17 | | |
| Não circulante | | | Dividendos a pagar - partes relacionadas | 3.476 | 740 | | |
| Impostos a recuperar | 484 | 435 | Total do passivo circulante | 71.657 | 30.351 | | |
| Outros créditos | 132 | 141 | Não circulante | | | | |
| Impostos diferidos | 1.224 | - | Arrendamentos | 1.135 | - | | |
| Total do realizável a longo prazo | 1.840 | 576 | Contingências | 1.958 | - | | |
| Imobilizado | 112.763 | 20.735 | Impostos diferidos | 1.086 | 2.677 | | |
| Intangível | 125.889 | 488 | Empréstimos e financiamentos | 232.495 | 21.243 | | |
| Total do Não Circulante | 240.492 | 21.799 | Obrigações a pagar por aquisição de controlada | 9.546 | - | | |
| Total do ativo | 361.193 | 92.675 | Total do passivo não circulante | 246.220 | 23.920 | | |
| | | | Patrimônio líquido | | | | |
| | | | Capital social | 15.993 | 15.993 | | |
| | | | Reservas de capital | 442 | 442 | | |
| | | | Reservas de lucros | 27.428 | 21.413 | | |
| | | | Resultados abrangentes | (548) | 556 | | |
| | | | Total do patrimônio líquido | 43.316 | 38.404 | | |
| | | | Total do passivo e do patrimônio líquido | 361.193 | 92.675 | | |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais) | | | | | | | |
| | Capital social | Reserva de capital | Reserva de lucros | | Lucros (prejuízos) acumulados | Ajuste de avaliação patrimonial - CTA | Total |
| | | | Subvenção para investimento | Reserva legal | | | |
| Saldos em 01 de janeiro de 2022 | 5.999 | 442 | 16.690 | 550 | (3.367) | - | 20.314 |
| Resultado do exercício | - | - | - | - | 9.888 | - | 9.888 |
| Resultados abrangentes - tradução controlada | - | - | 4.447 | - | (4.447) | 556 | 556 |
| Constituição de reserva de incentivo fiscal | - | - | - | (550) | 550 | - | - |
| Reversão de reserva legal | - | - | - | 276 | (276) | - | - |
| Constituição de reserva legal | - | - | - | - | (2.348) | - | (2.348) |
| Juros sobre o capital próprio | 9.994 | - | - | - | - | 9.994 | 9.994 |
| Aumento de capital | - | - | - | - | - | - | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | 15.993 | 442 | 21.137 | 276 | (0) | 556 | 38.404 |
| Resultado do exercício | - | - | - | - | 10.063 | (1.103) | 10.063 |
| Resultados abrangentes - tradução controlada | - | - | - | - | (5.955) | (1.103) | (7.058) |
| Constituição de reserva de incentivo fiscal | - | - | 5.955 | - | (5.955) | - | - |
| Reversão de reserva legal | - | - | - | (145) | 145 | - | - |
| Constituição de reserva legal | - | - | - | 205 | (205) | - | - |
| Juros sobre o capital próprio | - | - | - | - | (2.850) | - | (2.850) |
| Dividendos distribuídos | - | - | - | - | (1.198) | - | (1.198) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | 15.993 | 442 | 27.092 | 336 | (1.198) | (547) | 43.316 |
| Notas Explicativas sobre as Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em Milhares de Reais) | | | | | | | |
| <p>1. Contexto operacional: A America Industria e Comercio de Embalagens S.A. (Companhia) foi constituída em 04 de outubro de 2018, sendo subsidiária integral da Évora S.A., com sede e atividades industriais estabelecidos em Venâncio Aires, RS. Atua na produção e comercialização de embalagens plásticas em geral, principalmente tampas plásticas para bebidas, tampas destinadas aos mercados de higiene, beleza e limpeza e cápsulas para café. Em 04 de agosto de 2023 a Companhia adquiriu a Plast & Pack Indústria e Comércio Ltda., situada no município de Pinhais, PR. Essa unidade atua no segmento plástico de embalagens rígidas injetadas e moldadas por sopro para a indústria alimentícia, com foco em laticínios, doces, sorvetes e outros. A aquisição fortalece a participação da Companhia no mercado de embalagens plásticas, agregando ao seu portfólio novos produtos, mercados e clientes. Em 18 de outubro de 2023 foi realizada alteração no contrato social da Companhia, alterando o tipo societário de sociedade limitada para sociedade anônima, passando a utilizar a denominação America Industria e Comercio de Embalagens S.A. 2. Base de Preparação: Declaração de conformidade com relação às normas IFRS e às normas do CPC. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 20 de março de 2024. 3. Principais políticas contábeis: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. Ativo não circulante: Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial. Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). Os ativos intangíveis adquiridos que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear e nas vidas úteis de seus itens, líquido de seus valores</p> | | | | | | | |
| | | | | | | Diretoria | |
| | | | | | | Gustavo Dario Alvarez - Presidente Eduardo Lubisco Souza - Secretário Pauline Rückert Freitas - Contadora CRC RS nº 090503/O-1 | |

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC

| | | |
|--|--|--|
| <p>★ continuação</p> <p>objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante | <p>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis da Urbia Cânions Verdes S.A.</p> <p>de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as foram inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade | <p>a não mais se manter em continuidade operacional;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. <p>São Paulo, 15 de abril de 2024.</p> <p>BDO</p> <p>BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. CRC 2 SP 013846/O-1</p> <p>Diego Cavalcante Bastos Contador - CRC 1 SP 292913/O-9</p> |
|--|--|--|

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

- ✉ agencias@jornaldocomercio.com.br
- ✉ comercial@jornaldocomercio.com.br
- ☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338
- 📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC



Relatório da Administração: Senhores Acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação e exame de V. Sas. o Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhado da Demonstração do Resultado do Exercício e demais demonstrações contábeis. Externamos nossos agradecimentos a todos os funcionários e colaboradores pela dedicação demonstrada no decorrer do exercício findo, e colocamos ao inteiro dispor para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários. Marau/RS, 21 de março de 2024. A DIRETORIA

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.)

Table: I - Balanço Patrimonial - Demonstrações Contábeis Encerradas em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em Unidades de Reais). Columns: ATIVO, Nt., 2023, 2022, PASSIVO, Nt., 2023, 2022. Rows include Circulante, Caixa e Equivalentes de Caixa, Créditos, Estoques, etc.

Table: Demonstração do Resultado Exercício. Columns: 2023, 2022. Rows include Receita Operacional Bruta, Deduções, Receita Operacional Líquida, Custos de Produtos Vendidos, Lucro Operacional Bruto, Despesas Administrativas, etc.

Table: Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Columns: Capital Social, Reservas de Lucros, Reservas de capital, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Lucros Acumulados, Total. Rows include Saldos em 31/12/2021, Distribuição de Dividendos, Realização por Depreciação, etc.

Table: Demonstração dos Fluxos de Caixa. Columns: 2023, 2022. Rows include Fluxos de caixa das atividades operacionais, Fluxos de caixa das atividades de investimento, Fluxos de caixa das atividades de financiamento.

Notas Explicativas sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas Encerradas em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

Nota 1 - Contexto Operacional: A sociedade tem sede na Rua José Fuga, 1155 na cidade de Marau/RS. Tem como objeto social a indústria e preparo de couros, peles e seus derivados, brutos ou preparados, a indústria de calçados em geral em suas diferentes modalidades, a indústria e confecção de vestuário de couro e comercialização e exportação dos produtos de sua indústria. Importação de máquinas e matéria-prima e produtos químicos, todos destinados à preparação e industrialização de couros e necessários a criação e comércio de bovinos e reforestamento, exploração comércio de produtos primário da lavoura, pesquisa e desenvolvimento e a indústria e comércio de biodiesel e produção, fabricação, importação, exportação e venda de alimentos para animais. Suas controladas atuam na fabricação e comercialização de subprodutos de origem animal, extração de sebo e farinha de carnes e seus derivados. Atuam ainda em abate de animais, desossa, indústria, comércio atacadista e varejista, importação e exportação de carnes e seus derivados comestíveis e não comestíveis, podendo participar em outras sociedades ou empreendimentos industriais, financeiros e comerciais.

Nota 2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), as deliberações emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e conforme os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB"). A conclusão das demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi autorizada em reunião de diretoria realizada em 21 de março de 2024. Trata-se de demonstrações contábeis individuais e consolidadas e encontram-se apresentadas em moeda corrente nacional, denominada de Real, sendo também a moeda funcional. Para fins de apresentação, os centavos de reais foram desprezados. As demonstrações contábeis consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

Table: Empresas. Columns: Empresa, Participação. Rows include Agropecuária Fuga Ltda., Sebo Jales Ind. Com. Prod. Animais Ltda., Sebo Várzea Grande Ind. Com. Prod. Animais Ltda., Fuga Couros Jales Ltda., Fuga Couros Hidrolândia Ltda., Fuga & Panorama Industrial Ltda., Fuga Itália S.R.L.

As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis uniformes e consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior, exceto quando especificado diferente. Os saldos entre as empresas, receitas e despesas e ganhos e perdas, oriundos de transações entre elas, foram eliminados na consolidação. A Cia controla uma outra empresa quando está exposta a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis oriundos de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de influenciar esses retornos exercendo seu poder sobre a ela. Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações financeiras de controladas foram reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial, conforme demonstrado a seguir:

Table: Sumário das Principais Práticas Contábeis. Columns: Dado, Fuga S/A, Sebo Jales Ind. Com., Fugas Panorama Indl. Ltda (*), Fuga Couros Jales Ltda., Fuga Couros Hidrolândia Ltda., Sebo Várzea Grande Ind. Com. Prods. Animais, Fuga Itália S.R.L. Rows include Patrimônio Líquido, Percentual de Participação, Participação Início do Exercício, Lucros Distribuídos, etc.

Nota 3 - Sumário das Principais Práticas Contábeis: Dentre as principais práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações contábeis ressaltamos: a) Regime de Escrituração - Adotado o regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, que consiste no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhos ou incorridos, independentemente do seu efetivo recebimento ou pagamento. b) Reconhecimento de Receitas - As receitas são reconhecidas quando a empresa cumpriu suas obrigações de performance pela entrega/transfêrencia dos bens ou serviços prometidos aos clientes, nos termos do estabelecido na NBC TG 47. c) Clientes - As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado ajustado ao valor presente quando aplicável. Os créditos correspondem aos valores a receber de clientes pelo fornecimento e venda de mercadorias ou prestação de serviço. Os créditos a receber com vencimento em até um ano estão classificados no ativo circulante e os créditos com vencimento superior a um ano são classificados no ativo não circulante. d) Ajuste a Valor Presente - O ajuste a valor presente, previsto na NBC TG 12, é calculado sobre os saldos de créditos e obrigações remanescentes na data do balanço, quando aplicável. Neste exercício, não foi aplicado o ajuste a valor presente. e) Estoques - As matérias-primas são avaliadas ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado. Os produtos prontos/acabados e produtos em elaboração são avaliados pelo critério fiscal previsto no art. 308 do Decreto 9.580/2018: (i) os produtos prontos/acabados são avaliados em 70% do preço de venda; e (ii) os produtos em elaboração em 80% do valor-base dos produtos prontos/acabados. A empresa não possui estoques obsoletos e nem a necessidade de constituir estimativas para perdas. Os estoques de insumos agropecuários foram avaliados pelo custo médio de aquisição, que não supera os valores de mercado. Os produtos agrícolas e animais pelo preço de mercado. f) Imobilizado e Intangível - Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação do imobilizado e a amortização sobre o intangível é calculada pelo método linear sobre o valor depreciável dos bens com base nas taxas admitidas pela Receita Federal do Brasil, não sendo consideradas estimativas de vida útil e valor residual recuperável. g) Custo Atribuído - Apesar de previsto na ITC 10, a administração optou por não realizar trabalho técnico com o objetivo de atribuir novos valores aos bens que eventualmente se encontravam com valores inferiores ao seu valor justo. A decisão da administração é baseada no argumento de que não há bens que poderiam estar com valores abaixo do mercado de forma relevante. h) Redução ao Valor Recuperável de Ativos - O imobilizado e outros ativos não circulantes são revisados anualmente para que sejam identificadas evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda sempre que eventos ou alterações circunstanciais indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando esse for o caso, o valor recuperável é calculado para se verificar se há perda. Quando há perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo. i) Estimativas para Perdas sobre Créditos - A estimativa para perdas com devedores duvidosos é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente às eventuais perdas na realização dos créditos e tem como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência. Neste exercício, foram reconhecidos valores efetivamente perdidos no ano-calendário, após esgotados todos os procedimentos para realização dos referidos créditos. j) Imposto de Renda e Contribuição Social - A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, apuração trimestral e/ou anual. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem de R\$ 240.000,00. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. k) Direitos e Obrigações - Os direitos e obrigações são apresentados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos auferidos ou incorridos. l) Capital Social - O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado; é de R\$ 440.000,00 (quatrocentos e quarenta milhões de reais), representados por 43.125.791 (quarenta e três milhões, cento e vinte e cinco mil, setecentos e noventa e uma) ações ordinárias nominativas, todas com direito a voto e sem valor nominal. m) Adiantamento a Fornecedores - Referem-se a valores de adiantamentos para compras de matérias-primas, insumos e outros itens para estoques. Neste exercício, conforme descrito na nota explicativa 10, encontra-se apropriado entre os adiantamentos, compras para recebimento futuro de produto agrícola (soja) para utilização na indústria de biodiesel, cujo desembolso ainda não foi realizado. n) Caixa e Equivalentes de Caixa - Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos em conta movimento, aplicações resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

Table: Demonstração do Resultado Exercício Consolidado. Columns: Controladora, Consolidado. Rows include Caixa e Equivalentes de Caixa, Bancos Conta Movimento, Aplicações Financeiras, etc.

Table: Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidado. Columns: Controladora, Consolidado. Rows include Fluxos de caixa das atividades operacionais, Fluxos de caixa das atividades de investimento, Fluxos de caixa das atividades de financiamento.

Table: Demonstração do Resultado Exercício Consolidado. Columns: Controladora, Consolidado. Rows include Receita Operacional Bruta, Deduções, Receita Operacional Líquida, Custos de Produtos Vendidos, Lucro Operacional Bruto, Despesas Administrativas, etc.

Table: Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidado. Columns: Controladora, Consolidado. Rows include Fluxos de caixa das atividades operacionais, Fluxos de caixa das atividades de investimento, Fluxos de caixa das atividades de financiamento.

Table: Demonstração do Resultado Exercício Consolidado. Columns: Controladora, Consolidado. Rows include Receita Operacional Bruta, Deduções, Receita Operacional Líquida, Custos de Produtos Vendidos, Lucro Operacional Bruto, Despesas Administrativas, etc.

Table: Demonstração do Resultado Exercício Consolidado. Columns: Controladora, Consolidado. Rows include Receita Operacional Bruta, Deduções, Receita Operacional Líquida, Custos de Produtos Vendidos, Lucro Operacional Bruto, Despesas Administrativas, etc.

Table: Demonstração do Resultado Exercício Consolidado. Columns: Controladora, Consolidado. Rows include Receita Operacional Bruta, Deduções, Receita Operacional Líquida, Custos de Produtos Vendidos, Lucro Operacional Bruto, Despesas Administrativas, etc.

Table: Demonstração do Resultado Exercício Consolidado. Columns: Controladora, Consolidado. Rows include Receita Operacional Bruta, Deduções, Receita Operacional Líquida, Custos de Produtos Vendidos, Lucro Operacional Bruto, Despesas Administrativas, etc.

Table: Demonstração do Resultado Exercício Consolidado. Columns: Controladora, Consolidado. Rows include Receita Operacional Bruta, Deduções, Receita Operacional Líquida, Custos de Produtos Vendidos, Lucro Operacional Bruto, Despesas Administrativas, etc.

Table: Demonstração do Resultado Exercício Consolidado. Columns: Controladora, Consolidado. Rows include Receita Operacional Bruta, Deduções, Receita Operacional Líquida, Custos de Produtos Vendidos, Lucro Operacional Bruto, Despesas Administrativas, etc.

Table: Demonstração do Resultado Exercício Consolidado. Columns: Controladora, Consolidado. Rows include Receita Operacional Bruta, Deduções, Receita Operacional Líquida, Custos de Produtos Vendidos, Lucro Operacional Bruto, Despesas Administrativas, etc.

Table: Demonstração do Resultado Exercício Consolidado. Columns: Controladora, Consolidado. Rows include Receita Operacional Bruta, Deduções, Receita Operacional Líquida, Custos de Produtos Vendidos, Lucro Operacional Bruto, Despesas Administrativas, etc.

Table: Demonstração do Resultado Exercício Consolidado. Columns: Controladora, Consolidado. Rows include Receita Operacional Bruta, Deduções, Receita Operacional Líquida, Custos de Produtos Vendidos, Lucro Operacional Bruto, Despesas Administrativas, etc.

Table: Demonstração do Resultado Exercício Consolidado. Columns: Controladora, Consolidado. Rows include Receita Operacional Bruta, Deduções, Receita Operacional Líquida, Custos de Produtos Vendidos, Lucro Operacional Bruto, Despesas Administrativas, etc.

Table: Demonstração do Resultado Exercício Consolidado. Columns: Controladora, Consolidado. Rows include Receita Operacional Bruta, Deduções, Receita Operacional Líquida, Custos de Produtos Vendidos, Lucro Operacional Bruto, Despesas Administrativas, etc.

Table: Demonstração do Resultado Exercício Consolidado. Columns: Controladora, Consolidado. Rows include Receita Operacional Bruta, Deduções, Receita Operacional Líquida, Custos de Produtos Vendidos, Lucro Operacional Bruto, Despesas Administrativas, etc.

| Notas Explicativas sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas Encerradas em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 | | | | |
|--|-------------------|------------------|-------------------|-------------------|
| Controladora | Controladora | Consolidado | Consolidado | |
| 2023 | 2022 | 2023 | 2022 | |
| Contas | | | | |
| ICMS s/Remessa Indl Jales..... | 74.710 | 41.850 | 74.710 | 41.850 |
| Credores Fuga Couros | | | | |
| Hidroplândia Ltda..... | 2.111.266 | 0 | 2.111.266 | 0 |
| Cred. Div. Coop. Agroind. Alfa... | 50.949.600 | 0 | 50.949.600 | 0 |
| Total..... | 72.143.202 | 7.558.249 | 87.136.879 | 22.771.719 |

O valor relativo a Cooperativa Alfa, refere-se a compra para recebimento futuro de produto agrícola (soja) para fins de utilização na indústria de biodiesel, cujo desembolso ocorrerá à medida que o produto for recebido. O mesmo montante encontra-se registrado em conta de adiantamento a fornecedores, no ativo circulante. **Nota 11 - Avals e Fianças:** Não existem avals ou fianças concedidas em favor de funcionários, diretores, sócios ou quaisquer outras pessoas físicas e jurídicas. Os avals e fianças concedidos referem-se às operações de financiamentos que se encontram reconhecidos no passivo. **Nota 12 - Instrumentos Financeiros:** Caracteriza-se como instrumento financeiro, qualquer contrato que dá origem a um ativo financeiro em uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de patrimônio em outra entidade e são divididos nas seguintes categorias: • Ativo ou passivo financeiro mantidos para negociação e mensurados pelo valor justo por meio do resultado; • Investimentos mantidos até o vencimento; • Empréstimos e recebíveis; • Ativos financeiros mantidos para venda. Os instrumentos financeiros podem ser avaliados através de dois sistemas básicos, a saber: Valor Justo: montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes independentes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos (terceiros independentes). Custo Amortizado: quantia pelo qual o ativo financeiro ou o passivo financeiro é medido no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa usando o método dos juros efetivos de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia no vencimento e menos qualquer redução (diretamente ou por meio do uso de conta redutora) quanto à perda do valor recuperável ou não possibilidade de cobrança do valor. **Valor de mercado dos instrumentos financeiros:** A administração procedeu a análise dos instrumentos financeiros que compõe o ativo e o passivo e concluiu que o valor justo das disponibilidades, os saldos a receber de clientes e os passivos circulantes aproximam-se do saldo contábil, em razão de que o vencimento de parte significativa desses saldos ocorre em data próxima à do balanço. Os saldos a receber de clientes e dos empréstimos e financiamentos são atualizados monetariamente, quando aplicável, com base em índices de inflação e juros variáveis em virtude das condições de mercado e, portanto, também próximos do valor justo. **Derivativos:** Na data do balanço a Empresa não possuía operações envolvendo o mercado de derivativos. **Nota 13 - Riscos das Atividades:** Riscos de crédito ou de concentração: s riscos de crédito são

medidos pela presença de situações potenciais que possam impactar negativamente no resultado e na situação patrimonial e financeira como consequência da falta de realização dos créditos registrados no ativo, denominados instrumentos financeiros. Os instrumentos financeiros que potencialmente poderiam sujeitar a Empresa a risco de crédito ou de concentração referem-se a saldos em bancos e créditos com clientes. No que diz respeito aos recursos mantidos em forma de caixa e equivalentes, a Empresa tem como política trabalhar com instituições tradicionais e de baixo risco, sendo que a instituição bancária que apresenta maior concentração de crédito detém 95% do montante de caixa e equivalentes de caixa. Em relação ao saldo a receber de clientes, apesar da diversificação da carteira de recebíveis, 41% do saldo está representado por dois clientes, sendo um deles, empresa do Grupo. A Empresa adota política de negociar com pessoas físicas e jurídicas que detenham capacidade de crédito e de obter garantias suficientes, quando considerado necessário, para mitigar os riscos de perdas financeiras por motivo de inadimplência. Conforme divulgado na nota que trata das práticas contábeis, é constituída estimativa de perdas de créditos, quando julgado necessário, que minimiza possíveis efeitos da ocorrência dos riscos de crédito sobre o conjunto das demonstrações contábeis. **Riscos de Liquidez:** O risco de liquidez é medido pela capacidade da Empresa cumprir com suas obrigações de curto, médio e longo prazo, tendo presente a sua estrutura de reservas financeiras, de ativos e linhas de créditos disponíveis para captação de novos recursos e principalmente seus fluxos de caixa. As principais obrigações da Empresa se concentram em agentes financeiros e fornecedores. O gerenciamento do risco de liquidez é de responsabilidade da administração, que delibera pela realização de novos investimentos e a contratação de recursos no mercado financeiro. Na data base das demonstrações contábeis consolidadas o índice de liquidez corrente e liquidez geral eram de 3,75 e 2,97 (3,51 e 2,85 em 2022), respectivamente, não havendo indicativos de falta de capacidade de liquidação das obrigações existentes, sejam de curto, médio ou longo prazo. **Riscos de Mercado:** Em decorrência de suas atividades, a Empresa, por vezes, fica exposta a riscos financeiros decorrentes de mudança de preços de commodities, taxas de câmbio e taxas de juros. Para cobertura desses riscos, são realizadas operações que buscam dar cobertura aos riscos de ocorrência de situações indesejadas. **Nota 14 - Contingências Ativas e Passivas:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados. Obrigações legais: são registradas como exigíveis, independente da avaliação so-

bre as probabilidades de êxito de processos em que a empresa questionou a constitucionalidade de tributos. A sociedade figura em ações judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária ora como autora, ora como ré. Em observância ao que faculta as Normas Brasileiras de Contabilidade, em razão de que a divulgação detalhada de tais informações pode vir a prejudicar a entidade no desfecho final das referidas ações, as informações acerca das contingências ativas e passivas se limitam às informações destacadas a seguir: São reconhecidas contabilmente apenas as demandas com perdas consideradas como prováveis pelos assessores jurídicos. Existem outras demandas que somam R\$ 980.544 (R\$ 1.102.004 em 2022) para as quais os assessores jurídicos opinam como possíveis, e que, de acordo com as práticas contábeis, não foram reconhecidas contabilmente. Nas controladas Sebo Jales Indústria e Comércio de Produtos Animais Ltda. e Sebo Várzea Grande Indústria, Comércio de Produtos Animais Ltda., existem ações consideradas como perda possível para as quais, de acordo com as práticas contábeis, nenhuma provisão foi constituída. Para garantia dessas ações foram realizados depósitos judiciais e bloqueadas algumas contas bancárias, classificadas no Realizável a Longo Prazo no montante (consolidado) de R\$ 25.755.881 (R\$ 24.557.673 em 2022). **Nota 15 - Demonstração do Fluxo de Caixa:** Na montagem da demonstração dos fluxos de caixa individual e consolidado, além dos ajustes evidenciados na própria demonstração, foram efetuados ajustes nos saldos das contas patrimoniais para eliminar efeitos de variações que efetivamente não representaram movimentação de caixa. A Demonstração dos Fluxos de Caixa dos exercícios de 2023 e 2022 foram elaboradas pelo método indireto. Para fins de comparabilidade, a variação e os saldos de aplicações financeiras do exercício de 2022 foi reclassificado para o grupo de caixa e equivalentes de caixa, desta forma, o saldo final do caixa está diferente do que foi apresentado nas demonstrações encerradas daquele exercício. **Nota 16 - Eventos Subseqüentes:** Não ocorreram eventos subseqüentes entre a data de encerramento do exercício social e a aprovação das demonstrações contábeis para fins de divulgação em 21/03/2024 e de revisão dos auditores independentes em 28/03/2024 que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira. **Nota 17 - Balanço Social:** As informações de natureza social e ambiental, identificadas como balanço social, não fazem parte das demonstrações contábeis e não foram auditadas.

Patrícia Fuga Beber
CPF 567.075.090-04 - Diretora

Ivanor Antonio Benedetti
CPF 003.898.620-53 - Contador CRC RS 023557/0

Conselheiros: Constante Caetano Fuga, Paulo Sergio Magnabosco, Ivanor Antônio Benedetti, Iedo Claudino Fuga

Diretores: Luis Eduardo Fuga, Fabricio Fuga, Patrícia Fuga Beber, Andre Benedetti, Iedo Fuga Junior, Paulo José Fuga, José Gustavo Fuga, Diego Riva Magnabosco

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos acionistas da FUGA S/A - Marau - RS

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da FUGA S/A, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas Demonstrações de Sobras ou Perdas, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da FUGA S/A em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Cia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros Assuntos:** As demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, de 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparabilidade, foram auditadas por outros auditores independentes e o relatório de opinião emitido em 15 de março de 2023, sem ressalvas. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Cia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrangem o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e apurar se existe inconsistência relevante com as demonstrações contábeis ou, com base no conhecimento obtido na auditoria, aparenta estar

distorcido de forma relevante, e comunicar esses fatos em nosso relatório. Nenhuma informação adicional ao conjunto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi submetida para fins de apreciação e manifestação. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cia e suas controladas continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Cia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: a) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria

em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. b) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cia. c) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. d) Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cia e de suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. e) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Porto Alegre/RS, 28 de março de 2024.

José Roberto Simas - Contador CRC RS 062801/0-1
DICKEL & MAFFI - AUDITORIA E CONSULTORIA SS - CRC RS 3.025

BAIXE O APP JC

DISPONÍVEL NO Google play

DISPONÍVEL NA App Store

ÚLTIMAS NOTÍCIAS E VERSÃO PARA FOLHEAR!